

APP COMUNICA: SOFTWARE PARA GARANTIR UMA CIDADE ACESSÍVEL

DA LUZ, V. V.¹, CUNHA JUNIOR, M. S. G.¹, CAMARGO, L. S.¹

¹ Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL) – Bagé – RS – Brasil

vitoriavasconcellosdaluz@gmail.com, m.s.cunha12@gmail.com, leandrocamargo@ifsul.edu.br

RESUMO

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, é direito das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, igualdade de oportunidades de acesso em locais públicos. Observa-se a inexistência de meios de comunicação direta e segura com o poder público para denunciar o não cumprimento da Lei. Diante disso, após diversas pesquisas, propõe-se o desenvolvimento de um software aplicativo para dispositivos móveis, vinculado com a prefeitura, para realização de registros de falta de acessibilidade em vias municipais, possibilitando ao usuário, sem cadastro prévio, fotografar o local da ocorrência e enviar diretamente ao órgão público responsável para que, por meio de uma aplicação web seja verificada a possibilidade de solução e retornando ao usuário cada alteração na situação da ocorrência. Garantindo, assim, o efetivo cumprimento da lei.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, é direito das pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida, igualdade de oportunidades de acesso em locais públicos (BASTOS et al., 2016). Observa-se a inexistência de meios de comunicação direta e segura com o poder público para denunciar o não cumprimento da lei.

Ao observarmos as condições de acessibilidade arquitetônica nos centros urbanos e rurais dos municípios brasileiros, verificamos o quanto nos falta para alcançarmos uma democracia verdadeira e abrangente (NONATO, 2011). Essa análise torna-se mais necessária quando se refere especialmente às pessoas com deficiência, pois a elas cidadania plena é cotidianamente negada.

Levanta-se a hipótese de que a utilização de um aplicativo para dispositivos móveis, em parceria com a Prefeitura Municipal de Bagé – RS e a Associação Bajeense de Pessoas com Deficiência (ABADEF), que registre ocorrências de falta de acessibilidade urbana facilite a comunicação entre a população e o poder público e atue como mediador para que os órgãos responsáveis possam verificar os problemas apontados e fornecer possibilidades de solução. Possibilitando, assim,

um diálogo entre o poder público e pessoas com deficiência, seus familiares e a população em geral, e proporcionar uma forma mais ágil e eficaz de resolver problemas de acessibilidade existentes.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A primeira etapa do desenvolvimento do projeto foi a escolha do tema a ser abordado. A partir disso, realizou-se uma revisão bibliográfica em publicações da área, realizando um rápido diagnóstico sobre a realidade das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência na cidade de Bagé. Desta forma foi possível observar o perfil dos futuros usuários da aplicação, para a escolha das tecnologias que melhor atendem à necessidade do projeto, gerando melhores soluções ao problema observado.

Após, foi estabelecida uma parceria com o poder público do município de Bagé – RS e com a Associação Bajeense de Pessoas com Deficiência (ABADEF) onde foi apresentada a proposta e, posteriormente, definido o escopo do sistema e seus requisitos.

Após a revisão bibliográfica, apresentação da proposta ao orientador e às entidades parceiras foi iniciada a etapa de desenvolvimento do projeto do software. Inicialmente foi realizado o levantamento dos requisitos, funcionais e não funcionais, e definido o escopo do sistema. Para isto, foi utilizada Linguagem de Modelagem Unificada (UML), onde foi definido um projeto de software pensado para proporcionar praticidade e facilidade no desenvolvimento da aplicação.

Para o desenvolvimento da aplicação mobile foi utilizada a plataforma Android. Tendo como base o perfil de usuários foi desenvolvido um aplicativo com interface básica, de fácil entendimento e intuitiva, pois será utilizada por pessoas com deficiência, sendo acessível para pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Posteriormente, foi desenvolvido um sistema web que será acessado pelos órgãos fiscalizadores e tem como objetivo avaliar as ocorrências registradas pela população através do aplicativo Android. Para o desenvolvimento do sistema web foi utilizada a tecnologia de Java Server Faces (JSF). O meio de integração entre as aplicações Android e Web foi dado por meio de uma Web Service em Rest.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção serão apresentados os resultados obtidos através da realização da metodologia acima exposta.

O aplicativo Comunica tem como sua principal função o cadastro de ocorrências de falta de acessibilidade. Na tela inicial do aplicativo, Figura 2(a), o usuário poderá realizar o registro de uma nova ocorrência, informando sua descrição, local e, se desejar, anexando uma imagem da ocorrência cadastrada, a localização da ocorrência poderá ser a atual do usuário ou outra informada no momento do registro.

O aplicativo também possui a função de visualização de listagem de ocorrências, conforme exibido na Figura 2(b). Ao clicar em uma ocorrência o usuário poderá visualizar detalhes da mesma, como mostra a Figura 2(c). O aplicativo tem, ainda, no menu lateral a função de mapa onde é possível ver todas as ocorrências cadastradas no perímetro da cidade.

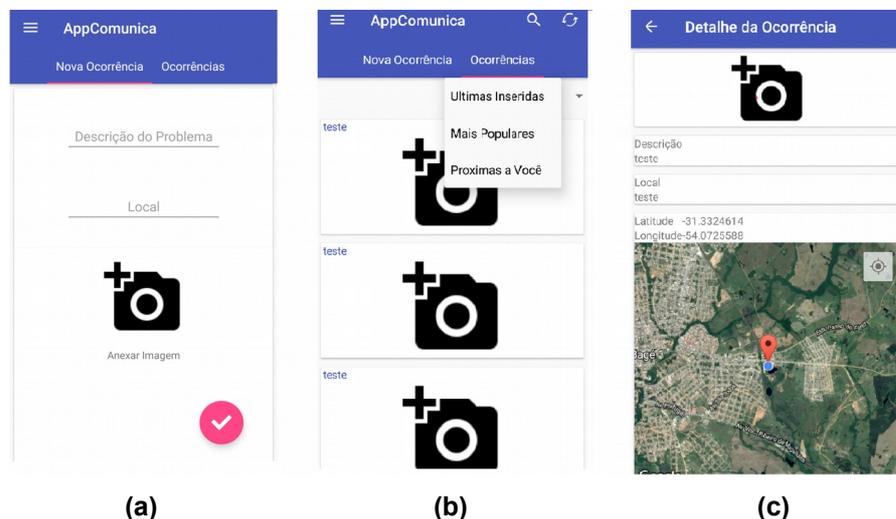


Figura 2. Tela Inicial (a). Tela de Listagem (b). Tela de Detalhamento da Ocorrência(c).

A aplicação Web será utilizada pelo órgão que atuará como fiscalizador das irregularidades cadastradas. O usuário fiscalizador poderá visualizar às ocorrências que foram registradas pelos usuários e finalizá-las, ou visualizar as ocorrências já finalizadas no histórico de ocorrências como apresentado na Figura 3.

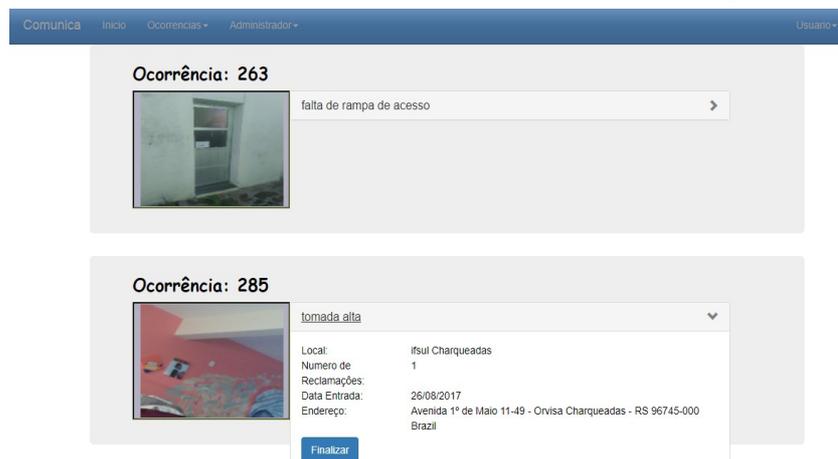


Figura 3. Aplicação Web – Listagem de Ocorrências

Ao clicar em uma ocorrência esta será expandida mostrando suas informações possibilitando finalizá-la, neste momento é enviada uma notificação para os usuários do aplicativo Android, possibilitando ver os detalhes desta ocorrência. Assim como na aplicação Android, também é possível visualizar as ocorrências pelo mapa na aplicação Web.

4 CONCLUSÃO

Acredita-se que a utilização do aplicativo possibilitará à população, em especial às pessoas com deficiência maior autonomia diante dos problemas que enfrentam no seu cotidiano, sendo um canal de comunicação com as autoridades para exigir o cumprimento da lei.

Inicialmente foi realizada uma parceria com o poder público municipal, este se mostrou aberto a cooperar e auxiliar na implantação do software atuando como fiscalizador e fornecendo soluções para as ocorrências. Ao final do desenvolvimento, devido a impasses burocráticos, a implantação em parceria com a prefeitura municipal de Bagé tornou-se inviável.

Espera-se disponibilizar o aplicativo o mais breve possível, pois durante o desenvolvimento do projeto foi possível compreender a acessibilidade como uma questão social, percebendo o preconceito que, muitas vezes, exclui a pessoa com deficiência da sociedade. É necessário reunir esforços para desmistificar a questão da acessibilidade urbana.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L. A. D. (2008) A proteção constitucional das pessoas com deficiência e o cumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana. In: MIRANDA, Jorge.
- BASTOS, A. R. B.; DORNELLES, C.; AZAMBUJA, F.; ROCHA, D.; MESSIAS, W. (2016), *A liga dos super direitos : super-heróis em defesa dos direitos das pessoas com deficiência*. Bagé – RS, ed. Unipampa: ABADEF.
- FEIJÓ, A. R. A. (2009) O Direito Constitucional da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida.
- LIMA, S. S. C.; Carvalho-Freitas, M. N.; et al. (2013) Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física. São João del-Rei, MG, Brasil.
- NONATO, D. do N. (2011) Acessibilidade Arquitetônica como Direito Humano das Pessoas com Deficiência. Orbis: Revista Científica Volume 2.